LEI MUNICIPAL Nº 1.036/2025 - Institui taxas devidas ao Município de Lajes/RN, em razão do exercício de licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras, e dá outras providências.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº, DE 03 DE SETEMBRO 2025.

Institui taxas devidas ao Município de Lajes/RN, em razão do exercício de licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e o Prefeito Municipal sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 1º A Taxa de Licenciamento Ambiental tem por fato gerador o exercício do poder de polícia decorrente do licenciamento ambiental para instalação de empreendimentos ou renovação daqueles já instalados, ou decorrente do exercício de atividades que sejam efetiva ou potencialmente geradoras de impacto ambiental local, bem como daquelas capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, incluindo-se as atividades que venham a ser delegadas pelo Estado ao Município por instrumento legal.

Art. 2º É sujeito passivo da Taxa de Licenciamento Ambiental o empreendedor, pessoa física ou jurídica, responsável pelo requerimento da licença ambiental para o exercício da atividade.

Art. 3º A Taxa de Licenciamento Ambiental terá seu valor estabelecido em função do porte do

empreendimento e do potencial poluidor da atividade, de acordo com as tabelas constantes dos Anexos desta Lei.

Art. 4° Os valores das taxas constantes do Anexo Único desta Lei estão expressos em IGP-M, índice que será utilizado para atualização monetária das exações.

CAPÍTULO II

DO FATO GERADOR

Art. 5º As taxas devidas ao Município em razão do exercício regular do poder de polícia ou pelos serviços prestados ou postos à disposição dos contribuintes têm como fato gerador as atividades municipais descritas no Anexo Único, parte integrante desta Lei.

CAPÍTULO III

DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 6º O valor da base de cálculo, para cobrança das taxas de que trata esta Lei, será atualizado pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM).

Parágrafo único. Os valores para efeito de cobrança das taxas são as constantes no anexo único que acompanham esta Lei.

CAPÍTULO IV

DAS ISENÇÕES E REDUÇÕES

Art. 7º São isentos de taxas:

I - entidades filantrópicas reconhecidas pelo Município;

II - órgãos da Administração direta, autárquica e fundacional do próprio Município, reciprocamente.

CAPÍTULO V

DOS CONTRIBUINTES

Art. 8° São contribuintes das taxas previstas nesta Lei as pessoas físicas ou jurídicas sujeitas ao poder de polícia ambiental ou usuárias, efetivas ou potenciais, dos serviços específicos e divisíveis

prestados ou postos à disposição pelo Município.

CAPÍTULO VI

DO RECOLHIMENTO

Art. 9° O pagamento das taxas será efetivado por meio de documento próprio emitido pela Secretaria Municipal de Tributação e recolhido na rede bancária autorizada.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 10. Para a cobrança das taxas elencadas no Anexo Único desta Lei, aplicam-se as Resoluções CONEMA/RN n^{o} 04/2016 e n^{o} 01/2017, que classificam o porte e o potencial poluidor/degradador das atividades.

Art. 11. O licenciamento de empreendimentos suscetíveis de causar impacto no meio ambiente deverá, quando necessário, ser instruído com a realização de Estudos Ambientais, cujas análises terão seus valores fixados nas Tabelas 03 e 04 do Anexo Único, o qual será atualizado anualmente, mediante ato administrativo do Chefe do Executivo, com base no que prevê o art. 6º desta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se Estudos Ambientais todos aqueles apresentados como subsídio para a análise do licenciamento ambiental requerido, tais como:

- I Relatório de Riscos Ambientais (RRA);
- II Relatório de Controle Ambiental (RCA);
- III Relatório Ambiental Simplificado (RAS);
- IV Estudo de Análise de Risco (EAR):
- V Plano de Controle Ambiental (PCA);
- VI Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD);
- VII Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA);
- VIII Investigação de Passivo Ambiental (IPA);
- IX Relatório de Avaliação Ambiental (RAA);
- X Programa de Monitoramento Ambiental (PMA);
- XI Relatório de Avaliação e Desempenho Ambiental (RADA); e

XII - Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

- Art. 12. A fiscalização do pagamento das taxas será exercida, em geral, pelos servidores públicos municipais competentes.
- Art. 13. Os órgãos da Administração direta e autárquica encaminharão relatório dos recolhimentos de taxas à Secretaria Municipal de Finanças e Economia e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal SEMAPA até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da arrecadação.
- Art. 14. Mediante determinação do Secretário Municipal de Governo poderão ser realizadas auditorias sobre a cobrança e o recolhimento das taxas no âmbito do Poder Executivo Municipal.
- Art. 15. Salvo recusa da autoridade em praticar o ato ou prestar o serviço, não caberá restituição de taxa recolhida.
- Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar o disposto nesta Lei.
- Art. 17. Esta Lei entra em 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação.
- Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

LAJES/RN, 03 DE SETEMBRO DE 2025.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO DO PROJETO DE LEI № 023, DE 06 DE AGOSTO DE 2025.

Legenda:

- LSP Licença Simplificada Prévia
- LSIO Licença Simplificada de Instalação e Operação LS Licença Simplificada
- LP Licença Prévia
- LI Licença de Instalação LO Licença de Operação

LIO - Licença de Instalação e Operação

LRO - Licença de Regularização de Operação

TABELA 01

Preço para obtenção das licenças ambientais de empreendimentos ou atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, de acordo com a classificação do porte e do potencial poluidor/degradador estabelecidos por meio de Resolução do CONEMA 04/2006 e CONEMA 01/2017 (exceto para as atividades de CARCINICULTURA).

Potencial	T	Porte de Empreendimento					
Poluidor/Degradador	Licenças	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Excepcional	
	LSP	585,60	585,60				
	LSIO	,39	,39				
	LS	,00	,00				
PEQUENO PEQUENO	LP			,59	,80	,84	
FEQUENO	LI			,90	,71	,78	
	LO			,90	,71	,78	
	LIO			,81	,40	,56	
	LRO	,00	,00	,66	,88	,79	
	LSP	585,60	,40				
	LSIO	,39	,19				
	LS	,00	,59				
MÉDIO	LP			,72	,44	,05	
	LI			,05	,14	,56	
	LO			,05	,14	,56	
	LIO			,12	,25	,14	
	LRO	,00	,59	,81	,72	,20	
	LP	,59	,647	,02	,26	,71	
	LI	,83	,96	,97	,82	,62	
GRANDE	LO	,83	,96	,97	,82	,62	
	LIO	,68	,89	,94	,64	,24	
	LRO	,26	,57	,97	,90	,97	

TABELA 02

Preços para obtenção das licenças ambientais para a atividade de **CARCINICULTURA**, de acordo com a classificação do porte e do potencial poluidor/degradador estabelecidos por meio de Resolução 04/2006 e do CONEMA 2017.

Potencial		Porte de Empreendimento					
Poluidor/ Degradador	Licença	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Excepcional I	Excepcional II
	LSP	450,47	,79				
	LSIO	,52	,22				
	LS	,02	,37				
Médio	LP			,61	,88	,27	,17
	LI			,41	,63	,21	,28
	LO			,41	,63	,21	,28
	LRO	,02	,37	,49	,18	,74	,77

TABELA 03

Preços para análise de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), de acordo com a classificação do porte e do potencial poluidor/degradador do empreendimento/atividade, estabelecidos por meio de Resolução do CONEMA.

Potencial Poluidor /	Porte de Empreendedor				
Degradador	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Excepcional
Pequeno (P)	,47	,47	,47	,45	,41
Médio (M)	,47	,47	,45	,41	,38
Grande (G)	,38	,38	,67	,51	,18

TABELA 04

Preços para análise de Relatório de Riscos Ambientais (RAA), Relatório de Controle Ambiental (RCA), Relatório Ambiental Simplificado (RAS), Estudo de Análise de Risco (EAR), Plano de Controle Ambiental (PCA), Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA), Investigação de Passivo Ambiental (IPA), Relatório de Avaliação Ambiental (RAA), Programa de Monitoramento Ambiental (PMA) e Relatório de Avaliação e Desempenho Ambiental (RADA).

Relatório de Riscos Ambientais (RIA)	,4 7
Relatório de Controle Ambiental (RCA)	,57
Relatório Ambiental Simplificado (RAS)	,4 7
Estudo de Análise de Risco (EAR)	,4 7
Plano de Controle Ambiental (PCA)	,97
Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	,97
Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA)10832,9	,4 7
Investigação de Passivo Ambiental (IPA)	,97

Relatório de Avaliação Ambiental (RAA)	,47
Programa de Monitoramento Ambiental (PMA)	,79
PMA até 10ha (dez hectares)	Isento
PMA acima de 10ha	,79
Relatório de Avaliação e Desempenho Ambiental (RADA)	,97

TABELA 05

Outros preços referentes ao licenciamento ambiental e fornecimento de documentos.

Certidão Negativa de Débitos Ambientais	184,58	
Expedição de Declaração ou Certidão	184,58	
	Valor da LP + LI	
Atividade em instalação e sem LP ou LS	Valor da LP + LIO	
	Valor da LS	

OUTRAS INFORMAÇÕES: O valor para emissão da Autorização de Captura de Material Biológico (ACMB) é de R\$ 669,06 (seiscentose sessenta e nove reais e seis centavos).

TABELA 06

Tabela para cobrança dos custos das autorizações e demais serviços florestais.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Autorização para exploração florestal na modalidade de plano de manejo florestalsustentável (por área a ser explorada)	Valor em R\$		
Até 20 ha (agricultura familiar, INCRA, PRONAF, agricultores de baixa renda)	Isento		
Até 120 ha	,66		
Acima de 120 ha - Valor = \mathbf{R} \$,66 + \mathbf{R} \$ 5,20 por hectare excedente			
Autorização para supressão vegetal visando o uso alternativo do so	olo (por área solicitada)		
Até 20 ha (agricultura familiar, baixa renda, INCRA, PRONAF, agricultores de baixa renda)	Isento		
Até 30 há	,66		
De 31 a 50 há	,40		
Acima de 50 ha - Valor = R\$,40 + R\$ 47,18 por hectare excedente			
Autorização para uso do fogo controlado (por área solicitada)			
Até 10 ha (agricultura familiar, INCRA, PRONAF, agricultores de baixa renda)	Isento		

Até 35 há		,66
Acima de 35 ha = R\$,66 ·	+ R\$ 37,25 por hectare excedente	
OUTROS SERVIÇOS FLO	DRESTAIS	
Documento de Origem F	lorestal -DOF-RN	
Lenha, estacas, mourões, v vegetal	varas, postes, palanques, paletes, carvão	Isento
Transporte para demais pr	odutos e subprodutos florestais	Isento
Custo da reposição flore	stal (espécies nativas)	
Produto	Unidade	Valor em R\$
Árvore	1	106,63
Lenha	Metro estéreo (st)	639,87
Carvão Vegetal	1 mdc*	,76
Termo de Responsabilid propriedade)	ade para preservação de Reserva Legal	(sobre a área total da
Até 1 00 ha		Isento
De 101 a 300 ha	797,17	
De 301 a 500 ha	,74	
De 501 a 750 ha		,66
Acima de 750 ha - Valor	= R\$,66 + R\$ 1,74 por hectare excede	nte

Instrução 1 – Quando a solicitação de vistoria para averbação de Reserva Legal for concomitante a outras vistorias (desmatamento, PRAD, etc.), deverá ser cobrado o maior valor.

Instrução 2 - Quando a solicitação de vistoria para averbação de Reserva Legal for concomitante a vistoria para autorizar a exploração florestal na modalidade de plano de manejo florestal sustentável e Requerente terá isenção na taxa.

Vistoria prévia para implantação de plano de manejo florestal sustentável projetada)	(área
Até 120 ha	828,09
Acima de 120 ha Valor = R\$ 828,09 + 6,89 por hectare excedente	
Vistoria para acompanhamento de plano de manejo florestal sustentável (explorada)	área
Até 120 ha	828,09
Acima de 120 ha Valor = R\$ 828,09 + 6,89 por hectare excedente	
Vistoria para implantação, acompanhamento e exploração de florestas pla enriquecimento, frutíferas ecancelamento de projetos (por área a ser visto	
Até 120 ha (agricultura familiar, INCRA, PRONAF, agricultores de baixa renda)	Isento
Até 120 ha	828,09
Acima de 120 ha Valor = R\$ 828,09 + 6,89 por hectare excedente	
Vistoria de áreas degradadas em recuperação, avaliação de danos ambientáreas antropizadas e em empreendimentos cujas áreas são sujeitas ao impambiental.	
Até 120 ha	828,09
Acima de 120 ha Valor = R\$ 828,09 + 6,89 por hectare excedente	•

Levantamento circunstanciado de áreas vinculadas à reposição florestal e Plano de Auto Suprimento - PAS, Plano de Corte e Resinagem (projetos vi e projetos de reflorestamento)	
Até 120 ha	828,09
Acima de 120 ha Valor = R\$ 828,09 + 6,89 por hectare excedente	
Demais vistorias florestais	
Até 120 ha (agricultura familiar, INCRA, PRONAF, agricultores de baixa renda)	Isento
Até 120 ha	828,09
Acima de 120 ha Valor = R\$ 828,09 + 6,89 por hectare excedente	

TABELA 07

TABELA PARA COBRANÇA DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE FLORESTAL DO RN.

De acordo com o Cadastro Estadual de Consumidores de Produtos de Subprodutos Florestais.

Classe	Descrição	Valeres em Desis
1.1	Especializadas	Valores em Reais
	Administradora; cooperativa florestal; associação florestal	Conforme Instrução 1
1.2	Extrativismo e exploração de produtos e subprodutos	da flora nativa
	Toras, toretes, estacas, mourões e similares; varas, lenha, óleos essenciais; vime, bambu, cipó e similares; resina, goma e cera; fibras; alimentícias; plantas ornamentais, medicinais, e partes destas; sementes florestais; casacas, raízes e similares aromáticas.	Conforme Instrução 1
1.3	Plantio produção e colheita de produtos e subprodut	os florestais
	Reflorestamento com espécies nativas e/ou exóticas; toras, toretes, estacas, mourões, varas e similares; carvão vegetal; postes dormentes e similares; óleos essenciais e similares; resina, goma e cera; fibras; alimentícias; plantas ornamentais, medicinais, aromáticas e partes; sementes Florestais; mudas florestais	Conforme Instrução 1
1.4	Consumidor	
	Lenha, briquetes, cavacos, serragens de madeiras, casca de coco e similares; carvão vegetal, moinho de briquetes; ripões, paletes e similares; barrotes, estroncas, palanques e similares empregados em obras civis; estrados, paletes de madeira, armações de madeira e similares	Conforme Instrução 1
1.5	Beneficiamento	
	Usina de preservação de madeira	Conforme Instrução 2

	Fábrica de beneficiamento de plantas ornamentais, Medicinais e aromáticas	Conforme Instrução 1
1.6	Desdobramento	
	Madeira serrada	Conforme Instrução 2

1.7	Madeira laminada, desfolhada, faqueada; compensada, contra placadas, prensada, aglomerados, chapas de fibras similares; cavacos, briquetes, paletes de madeira e similares; fósforo, tratada/preservada palitos, espetos de madeira, palhas e similares; madeira Transformação Artefatos de madeira, tacos, palha para embalagens, caixa para embalagens, estrados, paletes de madeira, armações de madeira e similares; Cavacos, palhas, briquetes e similares; embarcações de madeira; fábrica de móveis, carpintaria em geral, marcenaria, carrocerias e similares; fábrica de fósforo, palitos, espetos e similares; gaiolas, viveiros, poleiros de	Conforme Instrução 1 Conforme Instrução 2
	madeira e similares. Artefatos de cipó, vime, bambu e similares	Conforme Instrução 1
1.8	Industrialização	IIISti uguo I
	Pasta mecânica, celulose, papelão e papel; produtos destilados da madeira.	Conforme Instrução 2
1.9	Comercialização/exportação	
	Madeira serrada; madeira laminada, desfolhada e faqueada madeira compensada contra placadas, prensada aglomerados, chapas de fibras e similares; toras toretes, tora corrigida, mourões, varola, palanques, esticadores, repões barrotes estroncas, escora, estacas, postes, dormentes varas, esteios, cabos de madeira casca de plantas, lenha briquetes, cavaco, paletes de madeira, serragem de madeira e similares; carvão vegetal, moinha de carvão, paletes de carvão e similares inclusive empacotadoras; madeira tratada/preservada; estrados, paletes de madeira, armações de madeira e similares; látex, resina, goma e cera; fibras cipó vime, bambu e similares, alimentícias da flora e similares plantas medicinais, aromáticas, fungos e similares, inclusive partes; plantas ornamentais cultivadas e envasadas, inclusive partes, mudas e sementes florestais	Conforme Instrução 2
	Depósito	<u> </u>
	Armazenamento de produtos e subprodutos florestais	Conforme Instrução 2

Autorização para consumo/utilização/movimentação de matéria	
prima florestal	

Matéria prima, produtos e subprodutos florestais	Conforme Instrução 3
--	-------------------------

Instrução 1: Os valores dos custos para emissão de Certificado de Registro de Consumidores de Produtos e subprodutos florestais referentes às classes 1.1, e 1.3, são os seguintes:

Pessoa física - R\$ 282,76 (duzentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos)

Microempresa - Isenta;

Outros Contribuintes - R\$ 565,53 (quinhentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e três centavos)

Instrução 2: Os valores dos custos para emissão de Certificado de Registro de Pessoas Física e Jurídicas Consumidoras de Produtos e subprodutos florestais deverão ser calculados de acordo com o volume anual de matéria-prima prevista de ser consumida em m³, conforme declaração efetuada no momento do registro, sua renovação ou alteração na forma a seguir:

Consumo	Pessoa física	IMicroamnracae	Outros Contribuintes
Até 600 m³/ano	252,15	Isento	504,31
De 601 a m³/ano	378,20	Isento	,56
De a m³/ano	504,31	Isento	,90
De a m³/ano	629,78	Isento	,20
Acima de m³/ano	756,43	Isento	,45

OBS.: Caso o registrado esteja instalado em outra Unidade da Federação, será levado em conta, para o cálculo que trata esta **Instrução 2,** o volume anual de matéria prima prevista de ser onsumida, em m³, com origem no Rio Grande do Norte.

Instrução 3: Os valores dos custos para Autorização para Consumo / Utilização / Movimentação de matéria prima florestal referentes aos utilizadores identificados no Registro de Pessoas Físicas e Jurídicas Consumidoras de Produtos e Subprodutos Florestais deverão ser calculados de acordo com o volume anual de matéria prima prevista de ser consumida / utilizada / movimentada, em m³, conforme declaração efetuada no momento do registro ou de sua renovação ou alteração, utilizandose da fórmula a seguir:

Taxa (Reais) = Q x **0,01**, onde Q é o volume previsto de consumo / utilização / movimentação, em m³.

Instrução 4: O valor máximo anual desta taxa, devido por uma mesma pessoa física ou jurídica registrada não ultrapassará **R\$**, **55** (dez mil e vinte e oito reais e cinquenta e cinco centavos)

Instrução 5: Caso o consumidor / utilizador / movimentador esteja instalado em outra Unidade da Federação, será considerado o volume de matéria prima com origem no Rio Grande do Norte.

Instrução 6: Estarão isentas desta taxa as pessoas físicas e jurídicas que comprovarem ter recolhido.

Publicado por:

Icaro Lucas Martins **Código Identificador:**E0141428

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 04/09/2025. Edição 3617

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: